

BOLETIM 326

Brasília, 3 de abril de 2017

Temer sanciona com três vetos projeto sobre terceirização

A Secretaria de Imprensa da Presidência informou que o presidente Michel Temer sancionou, nesta sexta-feira (31), com três vetos o projeto (PL 4.302/98) aprovado pela Câmara dos Deputados que trata da terceirização.

A proposta, aprovada pelos deputados no último dia 22, permite a contratação de serviço terceirizado em qualquer tipo de atividade de uma empresa.

Vetos

O presidente vetou o parágrafo 3º do Artigo 10, que previa prazo de 270 dias de experiência para os contratos temporários. Nesse mesmo parágrafo, havia a previsão de o prazo ser alterado por acordo ou convenção coletiva. O que o presidente vetou foi a possibilidade de prorrogação do prazo.

Outro ponto vetado pelo presidente foram alíneas e parágrafos do Artigo 12. Esses pontos previam questões já contempladas no Artigo 7º da Constituição. Por isso, esses itens foram considerados inócuos.

Por fim, outro trecho vetado foi o parágrafo único do Artigo 11, porque se tornou sem sentido em razão dos vetos a trechos do Artigo 12.



Pontos centrais

Entenda abaixo os principais pontos do projeto aprovado pelo Congresso sobre a terceirização:

- A terceirização poderá ser aplicada a qualquer atividade da empresa;
- A empresa terceirizada será responsável por contratar, remunerar e dirigir os trabalhadores; e
- A empresa contratante deverá garantir segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores terceirizados.

Trabalho temporário

- O tempo de duração do trabalho temporário passa de até 90 dias para até 180 dias, consecutivos ou não; e
- Após o término do contrato, o trabalhador temporário só poderá prestar novamente o mesmo tipo de serviço à empresa após esperar três meses.

Fonte: DIAP



Regime de Recuperação Fiscal dos estados e do DF na pauta da Câmara

Em sessão extraordinária marcada para as 19 horas de terça-feira (4), os deputados poderão analisar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 343/17, do Poder Executivo, que cria o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal para ajudar os estados endividados em calamidade fiscal em troca de contrapartidas como elevação de alíquotas de contribuição social de servidores, redução de incentivos tributários e privatizações.

Segundo o projeto, o regime poderá durar até três anos, com prorrogação pelo mesmo período inicial. Durante esse período, o estado não pagará as prestações da dívida devidas à União. Esses valores não pagos serão corrigidos pelos encargos financeiros previstos originariamente nos contratos para acrescentá-los aos saldos devedores atualizados.

Além de medidas de redução de gastos, que cada ente federado participante deverá instituir por meio de leis próprias, a moratória provisória será garantida pela vinculação de recursos dos repasses aos estados previstos

constitucionalmente (IRRF descontado de seus servidores, Fundo de Participação dos Estados, parte do IPI), e de tributos de sua competência (IPVA, ICMS, transmissão causa mortis).

Fonte: DIAP

PEC que acaba com foro privilegiado está na pauta do Senado

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece o fim do foro privilegiado (PEC 10/13) vai cumprir sua quinta e última sessão de discussão em primeiro turno, ficando pronta para votação. Muitas emendas, no entanto, foram apresentadas durante a última semana – o que pode atrasar a votação da proposta.

A PEC determina o fim do foro por prerrogativa de função para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns. Do senador Alvaro Dias (PV-PR), a PEC também permite a prisão de membros do Congresso Nacional condenados em segundo grau nas infrações comuns. Hoje, eles são julgados pelo STF e só podem ser presos após condenação definitiva naquela Corte. Segundo Alvaro Dias, o fim do foro privilegiado será um avanço histórico.

Pauta travada - Antes, porém, o plenário do Senado terá de votar uma medida provisória que tranca a pauta. Trata-se MP 751/16, que criou o Programa Cartão Reforma, lida em plenário na última quinta-feira (30).



O programa concede subvenção econômica para aquisição de materiais de construção destinados à reforma, ampliação ou conclusão de moradias de pessoas de baixa renda.

O subsídio pode chegar a R\$ 9 mil para a aquisição de materiais de construção para famílias com renda mensal de até R\$ 2,8 mil. O programa prevê gasto acima de R\$ 1 bilhão para atender a quase 100 mil famílias. Segundo a relatora da matéria, senadora Ana Amélia (PP-RS), a medida pode ajudar a reduzir o déficit habitacional, promovendo a saúde e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Reforma da Previdência

O relator, deputado Arthur Maia (PPS-BA) pode apresentar seu parecer na comissão especial entre quarta e sexta-feira (7). Caso apresente o relatório, a discussão na comissão pode começar a partir da próxima semana, pois, com certeza vai haver pedido de vista coletiva. Maia, entretanto, não descarta adiar seu relatório para a próxima semana. Entre os pontos que devem sofrer alterações está a regra de transição, que, segundo ele, precisa de ajustes.

Reforma trabalhista

A comissão especial que debate o PL 6.787/16 realiza, nesta segunda-feira (3), seminário estadual para debater a reforma trabalhista e seus impactos para os trabalhadores e o mercado de trabalho. Vai começar às 9h, na Assembleia Legislativa do Ceará, em Fortaleza (CE).

Na terça-feira (4), às 14h30, no plenário 4, o colegiado realiza nova audiência pública sobre o tema. Foram convidados os desembargadores dos TRT da 7ª Região, Francisco José Gomes da Silva; e da 21ª Região, Bento Herculano Duarte Neto; a auditora fiscal do Trabalho Marinalva Dantas; a presidente da Federação Nacional das Empregadas Domésticas (Fenatrad), Luiza Batista Pereira; o professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas Márcio Pochman; e o presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sergio Paulo Gallindo.

Quarta-feira (5), às 14h30, o colegiado realiza a terceira audiência pública. Para essa foram convidados, entre outros, o presidente da OAB, Claudio Lamachia; o ex-ministro do Trabalho Carlos Lupi; o juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Itumbiara - TRT da 18ª Região, Rodrigo Dias da Fonseca; e o juiz titular da Vara do Trabalho de Propriá - TRT da 20ª Região, Otávio Augusto Reis de Sousa.

Quinta-feira (6), às 9h, no plenário 1, o colegiado fecha a semana de audiências. Foram convidados, entre outros, os ex-ministros do Trabalho Almir Pazzianotto e Miguel Rossetto; o diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Peter Poschen; o 1º vice-presidente do TRT da 3ª Região, Ricardo Antônio Mohallem; os presidentes da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Marcelo Dias Carcanholo; e da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), Marco Aurélio Santana; e o advogado trabalhista Mauro de Azevedo Menezes.

Reforma Política

O relator da matéria na comissão especial



da Câmara, deputado Vicente Cândido (PT-SP), apresenta seu parecer.

Fundeb

A comissão especial sobre a PEC que torna permanente o Fundeb (PEC 15/15) realiza, na terça-feira (4), 14h30, no plenário 12, audiência pública para debater os impactos do Fundeb sobre a qualidade e equidade do ensino básico público. Foram convidados o economista e professor do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp, Daniel Arias Vazquez; o economista e pesquisador de Políticas e Finanças Públicas, Bruno Cesar Campos; e o professor da Faculdade de Educação da UFMG, José Francisco Soares.

Colégio de Líderes

Colegiado se reúne, terça-feira (4), às 15h, no Gabinete da Presidência da Câmara, para discutir a pauta da semana.

Escola sem Partido

A comissão especial sobre a Escola sem Partido (PL 7.180/14) realiza audiência pública sobre o tema. Vai ser às 15h, em plenário a definir. Foram convidados o titular do 1º Ofício da Tutela Coletiva da Educação no RJ, procurador Fábio Aragão; e o representante da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, especialista em direito e gestão ambiental Ailton Benedito.

Combate à Violência contra a Mulher

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher vai instalar e eleger sua

Mesa Diretora, presidente e vice-presidente. Após, vai apresentar o relatório das atividades da comissão em 2016 e de relatório dos dados coletados pela comissão e pelo Observatório da Mulher contra a Violência. Esta agenda está programada para quarta-feira (5), às 14h30, no plenário 9 da ala Alexandre Costa, no Senado.

Comissões Permanentes

Colegiados temáticos da Câmara dos Deputados irão trabalhar de terça a quinta-feira desta semana. Todos agendaram atividades.

SENADO FEDERAL

Abuso de autoridade

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot; o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes; o ex-ministro Carlos Ayres Britto; e o ex-presidente da corte Joaquim Barbosa, são alguns dos convidados para debater o projeto que trata do abuso de autoridade no Senado. O PLS 280/16 vai ser discutido em duas audiências públicas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Apresentado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o projeto, que define os crimes de abuso de autoridade, é polêmico. Senadores contrários à aprovação apontam que haveria intenção de prejudicar as investigações da operação Lava Jato. Os requerimentos para realização das audiências públicas foram apresentados pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lasier Martins (PSD-RS).



Na segunda-feira (3), além de Mendes, Britto e Janot, devem participar representantes da Associação Nacional dos Defensores Públicos, da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação Nacional dos Procuradores da República e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. A audiência está marcada para as 14h.

Na terça-feira (4), às 10h, devem participar, além de Barbosa, o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Leandro Daiello, e representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas dos Estados e da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Também foram convidados o promotor de justiça Roberto Livianu e o juiz federal Silvio Luis Ferreira Da Rocha.

Cotas nas universidades

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza, nesta segunda-feira (3), às 9h, debate sobre o tema: "Cotas nas Universidades e o Compromisso com a Permanência". A audiência pública vai ser realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – link: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, por meio do número-0800612211. Reunião acontece na ala senador Nilo Coelho, plenário 6.

Colégio de Líderes

Na terça-feira (4), às 11h, os líderes partidários reúnem-se com o presidente do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB-CE). Um dos temas que deve ser tratado na reunião é a tramitação do projeto de lei de iniciativa popular que estabelece medidas contra a corrupção (PLC 80/16). Eunício, decidiu deliberar sobre o caminho do projeto com os líderes antes de oficializar qualquer decisão sobre o assunto.

Comissões Permanentes

Os colegiados temáticos do Senado Federal agendaram atividades de segunda a quinta-feira.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)